Direito Constitucional – Legística e Processo Legislativo

Mestrado Científico

Ano letivo 2026/2027

1. Unidade Curricular

Direito Constitucional – Legística e Processo Legislativo

2. Docente



João Tiago Silveira

joaotiagosilveira@fd.ulisboa.pt

João Tiago Silveira é doutorado em Direito e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde leciona disciplinas e cursos na área do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito Constitucional/Ciência da Legislação e Legística. É Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, investigador do Centro de Investigação de Direito Público na mesma Faculdade e co-Presidente da *International Association of Legislation.*

É árbitro-presidente nos tribunais arbitrais do Conselho Económico e Social e árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa.

Foi sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, onde coordenou o Departamento de Direito Público, Urbanismo e Ambiente e é responsável pela rede internacional de escritórios ML Legal Circle.

Desempenhou vários altos cargos públicos, entre os quais os de Secretário de Estado da Justiça, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. Nessas funções concebeu e executou iniciativas nas áreas da simplificação dos registos, notariado e propriedade industrial, utilização das novas tecnologias nos tribunais, *better regulation*, reabilitação urbana, resolução alternativa de litígios e reforma do Contencioso Administrativo.

Foi ainda Coordenador do Grupo de Trabalho para a Simplificação Administrativa e Redução dos Custos de Contexto na Vida das Empresas.

João Tiago Silveira tem obra publicada e efetua habitualmente intervenções em colóquios e conferências nas áreas do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Ambiente, Simplificação Administrativa e processual, *better regulation* e legística.

3. Tema: Legística e Processo Legislativo

Nesta disciplina de Direito Constitucional pretende-se estudar a Legística, ou seja, como produzir atos normativos (leis e regulamentos) com elevados padrões de qualidade. Será focada, tanto a "legística material" (metodologia e processo para uma produção legislativa/normativa com qualidade), como a "legística formal" (como redigir leis e regulamentos do ponto de vista do seu texto).

Serão abordadas matérias como, por exemplo, i) o sistema de atos normativos, ii) o processo legislativo no Parlamento e no Governo, iii) os passos metodológicos para a elaboração das leis e regulamentos, iv) processos de consulta e participação de *stakeholders*, v) avaliação de impacto legislativo, vi) políticas de *better regulation*, vii) perspetivas quantitativas sobre a produção de leis e regulamentos, viii) regras para a redação de leis e regulamentos e ix) clareza legislativa.

Prretende-se que esta disciplina de Legística e Processo Legislativo seja abordada de forma a explorar as mais modernas linhas e tendências, nos planos nacional e internacional, cativando o interesse de alunos de várias nacionalidades e jurisdições. Sempre que possível, será adotada uma perspetiva comparada, abrangendo não apenas o sistema português, como também a União Europeia, os restantes países de língua oficial portuguesa e apontamentos sobre os sistemas da *Commonwealth* e dos Estados Unidos da América.

Durante o período desta disciplina, os alunos serão convidados a participar nas reuniões periódicas e atividades do projeto de legística do *Lisbon Public Law Research Centre*, atualmente centrado em matérias de clareza legislativa.

Os alunos serão também incentivados a realizar trabalhos no contexto *da International Association of Legislation*, os quais poderão vir a ser publicitados no respetivo website (IAL – International Association of Legislation).

4. Programação das aulas

As sessões serão desenvolvidas de acordo com a seguinte programação, sem prejuízo das adaptações que se revelem necessárias, nomeadamente face ao número de alunos:

- **1.ª a 6.ª sessão:** caracterização geral das matérias da legística, apresentadas pelo docente, incluindo:
  - O sistema de atos normativos
  - O processo legislativo no Parlamento e no Governo
  - Legística material: Os passos metodológicos para a elaboração das leis e regulamentos
  - Legística material: processos de consulta e participação de *stakeholders*,
  - Legística material: avaliação de impacto legislativo
  - Políticas de *better regulation*
  - Regras para a redação de leis e regulamentos
  - Clareza legislativa.

- **6.ª a 10.ª sessão:** apresentação, por alunos que não tenham nacionalidade portuguesa, dos sistemas de atos normativos e regras de legística formal das suas jurisdições.
- **11.ª a 16.ª sessão:** apresentação, por docentes convidados (nacionais e estrangeiros), de temas específicos como, por exemplo:
  - Processo legislativo no Parlamento
  - Perspetivas quantitativas sobre a produção normativa
  - Avaliação de impacto legislativo
  - Redação legislativa comparada nos países e regiões de língua oficial portuguesa

- Problemas específicos de legística noutras juridições
- Etc

- **17.ª sessão:** sessão destinada à escolha, pelos alunos em diálogo com o professor, dos temas que abordarão nos respetivos relatórios.
- **18.ª sessão e seguintes:** apresentação de temas escolhidos e estudados pelos alunos. Cada aluno poderá utilizar a sessão que lhe está destinada da forma que entender melhor para explorar o tema que escolheu, o que poderá envolver a apresentação do seu tema, a discussão sobre pontos específicos da sua investigação, a participação de convidados, etc.

Em todas as sessões será promovido o debate e a discussão ativa dos temas em causa entre os docentes e os alunos.
O número de sessões alocadas a cada tema poderá sofrer ajustes, em função da dinâmica das mesmas e do especial interesse manifestado pelos alunos em detalhar algum tema.

5. Avaliação

A nota a atribuir depende dos seguintes dois fatores:

- 50%: Relatório escrito sobre tema específico, escolhido pelo aluno;
- 50%: Outros elementos resultantes da participação ao longo do ano (participação nas aulas, trabalhos escritos realizados, apresentações, etc)

Bibliografia

1. Bergeal, Catherine – Manuel de légistique, 9. Ed, Berger-Levrault, 2022.
2. Bergeal, Catherine – Savoir rediger un texte normative, 4.e ed., Berger-Levrault, 2001.
3. Caldas, André Moz - La rationalisation de la loi dans le domaine du développement durable : une contribution de légistique matérielle" (dissertação de doutoramento não publicada).
4. Duarte, David (em co-autoria) – Legística, Perspectivas sobre a Concepção e Redacção de Actos Normativos, Gabinete de Política Legislative e de Planeamento do Ministério da Justiça, Almedina, 2002.
5. Dunlop, Claire A./Radaelli, Claudio – Better Regulation in the European Union, The Handbook of Regulatory Authorities (eds. Martino Maggetti/Fabrizio Di Mascio/Alessandro Natalini), Edward Elgar, 2022.
6. Figueiredo, José Miguel (em co-autoria) – Manual de Legística Formal, CREDDM, Macau, 2015.
7. Greenberg, Daniel – Laying Down the Law, A discussion of the people, processes and problemas that shape act of parliament, 1st ed., Sweet & Maxwell, 2011.
8. Greenberg, Daniel – Craies on Legislation, 10th Ed., Sweet & Maxwell.
9. Durant, Alan/Leung, Janny H.C. – Language and Law, A resource book for students, Routledge, 2016.
10. Mcleod, Ian – Principles of Legislative and Regulatory Drafting, Hart, 2009.
11. Morais, Carlos Blanco – Guida de Avaliação de Impacto Normativo, Direção Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça, Almedina, 2010.
12. Morais, Carlos Blanco de – Manual de Legística, Critérios Científicos e Técnicos para Legislar Melhor, Verbo, 2007.
13. Pereira, Diogo Esteves – Manual de legística: teoria e prática, JusPodium, 2026.
14. Silveira, João Tiago - "O papel do CPA na simplificação administrativa", Revista de Direito Administrativo, número especial 6 (novembro 2025), AAFDL, Lisboa.
15. Silveira, João Tiago - "A simplificação administrativa no CPA", Comentários ao Código do Procedimento Administrativo (coordenação de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), Vol. I, 6.ª ed. (2023), Vol. I, 5.ª ed. (2020), Vol. I, 4.ª ed., (2018), Vol. I, 3.ª ed. (2016) e 2.ª ed. (2015), AAFDL, Lisboa.

16. Silveira, João Tiago - "*The Simplification of Procedures in Portuguese Administrative Law*" (em co-autoria), Administrative Sciences, MDPI, 2022, 12 (1), 9.
17. Silveira, João Tiago - "As regras de legística formal na lusofonia: uma visão comparada" (em co-autoria), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 8, n.º 1, 2021 (http://e-publica.pt).
18. Silveira, João Tiago - "*Legislation in Portugal*", Legislation in Europe, a Country by country guide (eds. Ulrich Karpen, Helen Xanthaki), Hart, 2020.
19. Silveira, João Tiago - "Técnicas Inovadoras na Avaliação Legislativa", Legística - Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Blanco de Morais (coordenação de Camila Marins, Ieda Pires e Maria Nazaré Barbosa), Almedina, 2020.
20. Silveira, João Tiago - "*Legislative drafting tools preventing arbitrariness in discretionary powers"* (em co-autoria com Diana Ettner), The Theory and Practice of Legislation, volume 7, issue 2, Taylor & Francis online, acessível em https://www.tandfonline.com/, 2020.
21. Silveira, João Tiago - "*Lawmaking in Multi-level settings, Legislative Challenges in Federal Systems and the European Union*" (co-editor), International Association of Legislation volume 18, Hart, Nomos, 2019.
22. Silveira, João Tiago - "Problemas habituais de legística na preparação e redação de leis e regulamentos", E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 5, n.º 3, 2018 (http://e-publica.pt).
23. Silveira, João Tiago - "*Streamlining the Governmental legislative procedure*", Innovation of Legislative Process, Proceedings of the 11th Congress of the International Association of Legislation (IAL) in Seoul, KLRI and IAL, 2018.
24. Silveira, João Tiago - "Custos de contexto e legislação ambiental" (em co-autoria com Diana Ettner), Indústria & Ambiente, Revista de Informação Técnica e Científica, n.º 113 (novembro/dezembro 2018).
25. Silveira, João Tiago - "Seis considerações em torno do Licenciamento Ambiental" (em co-autoria com Diana Ettner), Boletim da Ordem dos Advogados de 16 de outubro de 2018, acessível em http://ordemdosadvogados.impresa.pt/oa-16/destaque---opiniao.
26. Silveira, João Tiago - "*Two tools for improving the quality of legislation: the use of plain language and the use of legislative assessment*", 2017 KLRI-IAL International Conference, KLRI-IAL, Seul, 2017.

27. Silveira, João Tiago - "*Portuguese Trends on Better Regulation*", Journal of Legislative Evaluation, no. 10-1 (2016), Korea Legislation Research Institute.
28. Silveira, João Tiago - "Programas de *Better Regulation* em Portugal: o SIMPLEGIS" (em co-autoria com Diana Ettner), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 1, n.º 1, 2014 (http://e-publica.pt).
29. Strokoff, Sandra L./Filson, Lawrence E. – The legislative drafter's desk reference, Best practice in drafting federal and state laws and regulations, 3rd. ed., Sunwater Institute, 2024.
30. Williams, Christopher – The impact of Plain Language on Legal English in the United Kingdom, Routledge, 2023.
31. Xanthaki, Helen – Legislative Drafting for the EU, Transposition techniques as a roadmap for better legislation and a sustainable EU, Edward Elgar, 2024.
32. Xanthaki, Helen – Drafting Legislation, Art and Technology of Rules for Regulation, Hart, 2014.
33. Xanthaki, Helen – Thornton's Legislative Drafting, 5th ed., Bloomsbury, 2013.
34. Zander, Michael – The law-making process, 7th ed., Bloomsbury, 2015.
35. Vários autores – Language for Legislation and Legislation Through Language (eds. Tímea Drinóczi, Giulia Pennisi and Helen Xanthaki), Rouledge, 2026.
36. Vários autores – Legística, Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Blanco de Morais (coordenação de Maria Nazaré Lins Barbosa, Camila Morais Garcez Marins e Leda Ferreira Pires), Almedina, 2020.
37. Vários autores – Obscurity and Clarity in the Law, Prospects and Challenges (eds. Anne Wagner and Sophie Cacciaguidi-Fahy), Routledge, 2008.
38. Vários autores – Professional Legislative Drafters, Status, Role, Education (eds. Uhlmann, Felix/Höfler, Stefan), DIKE, 2016.
39. Vários autores – Drafting Legislation, A modern approach (eds. Constantin Stefanou/Helen Xanthaki), Routledge, 2016.
40. Vários autores – Lawmaking in Multi-Level Settings, Legislative Challenges in Fedeeral Systems and the European Union (eds. Popelier, Xanthaki, Robinson, Silveira and Uhlmann), Hart/Nomos, 2019.
41. Vários autores – Quality of Legislation, Principles and Instruments, Proceedings of the Ninth Congress of the International Association of Legislation in Lisbon (eds. Luzius Mader/Marta Tavares de Almeida), June 24th-25th, 2010, Nomos.
42. Revistas:

a. Revista Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação, INA.
b. The Theory and Practice of Legislation: The Theory and Practice of Legislation | Journal | Taylor & Francis Online
c. Statute Law Review: Statute Law Review | Oxford Academic
d. The Clarity Journal: The Clarity Journal – Clarity